

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Vitor de Souza Caetano

OS MILITARES E A POLÍTICA DE 1945 A 1985

**Resende
2019**

VITOR DE SOUZA CAETANO

OS MILITARES E A POLÍTICA DE 1945 A 1985

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Academia Militar das Agulhas Negras como parte dos requisitos para a Conclusão do Curso de Bacharel em Ciências Militares, sob orientação do TC R-1 Cav Everton Araujo dos Santos.

Resende
2019

Vitor de Souza Caetano

OS MILITARES E A POLÍTICA DE 1945 A 1985

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Academia Militar das Agulhas Negras como parte dos requisitos para a Conclusão do Curso de Bacharel em Ciências Militares, sob orientação do TC Cav Everton Araujo dos Santos.

Everton Araujo dos Santos – TC Cav
Orientador

Avaliador

Avaliador

Resende
2019

À Deus, à nossa Senhora Aparecida, aos meus pais, à minha família e à minha noiva, que me apoiaram em todos os momentos durante a minha formação, possibilitando a realização de um sonho. Ao meu orientador e aos meus comandantes e professores.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus que permitiu realizar esse sonho de me tornar oficial formado pela Academia Militar das Agulhas Negras.

À Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, que intercedendo por mim junto a Deus possibilitou meu êxito em todos os desafios que superei até aqui.

Aos meu pais, João Batista Caetano e Maria Dorothea de Souza, por me apoiarem e estarem comigo em todos os momentos, sempre se esforçando para poderem estar presentes.

À minha noiva Gabriela, por ser uma companheira compreensiva e dedicada, me ajudando em cada dificuldade.

À minha família que a todo momento estavam dispostos a ajudar em cada desafio.

Ao meu orientador TC Everton, por disponibilizar material de pesquisa e me ajudar com seus conhecimentos.

Aos meus comandantes e professores, que me transmitiram valores, conhecimentos e experiências, sendo exemplos de militares e pessoas.

Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas...

Sun Tzu

RESUMO

CAETANO, Vitor de Souza. Os militares e a política de 1945 a 1985. Resende: AMAN, 2019. Monografia.

O objetivo desse trabalho é realizar um estudo afim de apresentar o papel dos militares na política brasileira durante o período da 1945 a 1985. Observou-se os fatos históricos imparcialmente, afim de mostrar as Forças Armadas, principalmente o Exército, como um poder político atuante nos momentos mais difíceis da República. A importância das Forças Armadas é apresentada de duas formas, a atuação e o papel dos militares. A atuação são os feitos mais importantes e marcantes realizados pelo Exército na história brasileira, divididos entre ações de combate e de desenvolvimento nacional. Já o papel é o que os militares significam dentro da política e a explicação legal e legítima para essa importância. Sendo utilizados pesquisas em livros, discursos, jornais e entrevistas.

Palavras-Chave: Militares, Política, Atuação e Papel

ABSTRACT

CAETANO, Vitor de Souza. The military and the politics between 1945 and 1985. Rezende: AMAN, 2019. Monograph.

The aim of this study is to show the military function on the Brazilian politics from 1945 to 1985. Looking historical facts impartially, showing how we can view the Military forces, mainly the Army, like a political power active in the hardest moments of Republic. The importance of Armed Forces was showed on two ways, the operation and the function. The operation are most important and striking works that the Army has done on Brazilian history, they are divided between combat action and national development. The function is what the military mean in the politics and the legal and legitimate explanation for this importance. The work has contained searches in books, discourses, newspapers and interview.

Key Words: Military, Politics, Operation and Function.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	12
1.1.1 Revisão da literatura e antecedentes do problema.....	12
1.1.2 Referencial Metodológico e Procedimentos.....	13
2 A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO.....	14
2.1 Mão Amiga, O Progresso.....	14
2.1.1 A Atuação no desenvolvimento.....	14
2.1.2 Exército e a População.....	16
2.2 Braço Forte, A Ordem.....	18
2.2.1 Guerrilhas.....	18
2.2.1.1 Guerrilha Urbana.....	18
2.2.1.2 Guerrilha Rural.....	21
3 O PAPEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	23
3.1 Os Poderes Constitucionais.....	24
3.2 Legalidade do Papel das Forças Armadas.....	25
3.3 Legitimidade do Papel das Forças Armadas.....	27
4 CONCLUSÃO.....	29
5 REFERÊNCIAS.....	31
ANEXO “A”.....	33

1 INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro em toda sua história se mostrou como base na construção e desenvolvimento da nação brasileira, como cita o General de Exército Joaquim Maia Brandão Júnior Chefe do Departamento de Engenharia e Construção “O Exército Brasileiro tem seu nascimento na primeira Batalhada Guararapes, em 19 de abril de 1648. A par da sua missão constitucional passou a escrever páginas importantes da história do desenvolvimento do Brasil, visando à integração do seu imenso território.” (FIGUEIREDO, 2014, p. 13). Desde seu começo essa instituição defendeu os ideais do povo, tendo duas importantes armas ao seu dispor, a legalidade e a legitimidade. Inúmeras foram as vezes em que a nação clamou para que o Exército a ajudasse a sair de algumas crises e em todas elas os militares foram cumprir sua missão.

No entanto vemos que após a guerra da tríplice aliança, os militares tiveram maior importância e valor no contexto nacional. A atuação enfrentando o Paraguai fez de nossos guerreiros, heróis que dedicaram sua vida ao cumprimento do dever. Suas ações fizeram o povo crer ainda mais na instituição, dando as Forças Armadas credibilidade e importância, tanta que o tornou um poder responsável pelo equilíbrio dos outros, conforme Alfred Stepan (1975, p.59) “que os militares constituíam uma instituição nacional, permanente, encarregada especificamente da tarefa de manter a lei e a ordem no país e garantir a continuidade e funcionamento normal dos três poderes constitucionais: o executivo, o legislativo e o judiciário”. As Forças coirmãs se tornaram uma forma de poder moderador, capaz de derrubar o imperador, atendendo os anseios nacionais, como explica Thomas Giulliano no Filme Brasil Paralelo ao falar do regime militar: “Os militares ao invés de terem sido o poder moderador que acabaram sendo desde 1889, buscaram eles mesmos, ser o executivo e o poder moderador” (BRASIL PARALELO, 2019, 1h 59min 38s). Segundo Carvalho (2005, p.42) Brasil já houve uma “... ideologia do poder moderador das Forças Armada”. Como cita Edmundo Campos Coelho (2000, p.83) “ as intervenções militares, inspiradas por qualquer facção ou propósito, são por definição desempenho de função moderadora...”

Na república seu papel mostrou-se ainda maior, influenciando direta ou indiretamente no rumo da política. Carvalho disse (2005, p. 41) que em um editorial, Bertholdo Klinger escreveu “O Exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida

tumultuária das sociedades que se formam”. E são os acontecimentos ocorridos entre 1945 e 1985 que serão os objetos de estudo desse trabalho. A importância do Exército Brasileiro durante a Guerra Fria, não só no campo estratégico, mas também no político e no social. O que essa instituição representou à nação durante esse período? O que foi feito para o desenvolvimento nacional, para a preservação da república e para a população?

A relação entre o Brasil e seu Exército é tão íntima que em uma frase usada como lema hoje tem seu significado confundido com as palavras estampadas na bandeira nacional. Ordem e progresso, foi o trabalho durante esse período, para manter a ordem foi necessário utilizar do Braço Forte em inúmeras ocasiões e para o Progresso foi necessário a Mão Amiga que trouxe o desenvolvimento nacional.

As justificativas dessa pesquisa são mostrar os feitos e a visão que a sociedade tinha do Exército e levar o conhecimento sobre o assunto para aqueles que necessitam saber, principalmente aos membros das Forças Armadas para assim desconstruir o senso comum que predomina no Brasil sobre esse assunto.

1.1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

O estudo será focado na atuação e papel das Forças Armadas no Brasil durante o período da Guerra Fria, campo de pesquisa inserido na área de concentração de estudos das Ciências Militares XIX – História Militar, definida pela Portaria nº 734, de 19 de agosto de 2010, do Comando do Exército Brasileiro. (BRASIL, 2010).

1.1.1 Revisão da literatura e antecedentes do problema

Nas fontes consultadas, é inegável que os militares fizeram inúmeras ações na história brasileira, principalmente no período analisado. Integração e o desenvolvimento nacional balizaram as ações que hoje fazem parte das ações da mão amiga. Isso pode ser visto no livro *A Engenharia do Exército na construção do desenvolvimento nacional*, tomo 1 de Washington Machado de Figueiredo.

Porém, nessa época foi-se necessárias ações militares contra grupos subversivos que tentaram impor uma ditadura comunista em solo nacional, vistas no livro “Projeto ORVIL” de Lício Maciel e José Conegundes Nascimento. O Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra em seu livro “Verdades Sufocadas” mostra as ações dos guerrilheiros, os quais eram subordinados a URSS. No campo ou nas cidades, foram inúmeros atentados de diversos grupos de cunho socialistas, infelizmente sangue brasileiro foi derramado. Alguns preferiram se curvar a uma nação estrangeira, a pegar em armas e lutar contra seus compatriotas. Tudo pela ilusão de uma ideologia fracassada.

Ao verificar na história o papel das Forças Armadas, pode-se notar que esteve sempre balizado pela legitimidade e legalidade. A primeira advinda diretamente do povo, do reconhecimento nacional de que os militares são os tutores da República, podendo ser colocados com um poder a mais em nossa estrutura política. Já a segunda vem indiretamente do povo, pois fora seus governantes que com os poderes delegados pela nação colocaram nas leis a responsabilidade dos militares moderarem os três poderes. O presente trabalho mostra, com dados, que os movimentos militares só poderiam dar certo com apoio popular, mesmo se uma iniciativa para reestabelecer a ordem fosse tomada dos quartéis, ela só iria a frente se a maioria a legitimasse.

1.1.2 Referencial Metodológico e Procedimentos

Para embasar todo o raciocínio que mostra a importância do Exército para a nação e o seu papel diante da política, foi feita uma pesquisa seletiva de dados e de informações em livros que possuem documentos, jornais, entrevistas, relatos, discursos feitos durante o período estudado. São informações que ajudam a entender como os militares eram vistos na época, de acordo com o contexto histórico, evitando verificar a situação isoladamente com as percepções de mundo atuais. Outras fontes importantes seriam as constituições e leis que mostram como a nação enxergava a função das instituições. A análise foi restrita aos anos de atividades militar na política no período da Guerra Fria, mais precisamente entre 1945 e 1985.

O objetivo principal desta pesquisa é realizar um estudo dos feitos, do emprego real, bem como o papel do Exército Brasileiro durante o período.

Para atingir tal objetivo, traçou-se os seguintes objetivos específicos: descrever a atuação dos militares tanto no combate quanto em ações de integração e desenvolvimento e mostrar o papel das Forças Armadas no jogo político brasileiro.

Em relação à instrumentalização da pesquisa, foi adotado como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e histórica. Os dados coletados permitiram levantar as principais ações dos militares entre 1945 e 1985.

A realização dessa pesquisa faz-se necessário por visar divulgar fatos e feitos do Exército Brasileiro em um período pouco discutido no meio acadêmico.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma:

O primeiro capítulo é constituído pela introdução e o referencial teórico-metodológico da pesquisa, no qual são apresentados o problema de pesquisa, a revisão da literatura e o porquê da pesquisa.

O segundo capítulo é sobre a atuação dos militares durante o período citado, mostrando que o braço forte e mão amiga sempre fizeram a diferença. A ordem e o progresso foram mantidos naquela época a muito custo, sangue e suor caíram para manter o que hoje se tem de Brasil. Muito da integração e desenvolvimento são resultados de um trabalho árduo realizado nesse período conturbado.

O terceiro capítulo versa sobre o papel dos militares na República Brasileira e sua importância. Tendo como base a legalidade e legitimidade das ações, mostrando que sem a força

popular os militares não seriam tão influentes e participantes da política. Sempre que a houve a necessidade de se agir, a população estava ao lado deles. Isso os transformou quase que em um poder fiscalizador e independente apesar de estar subordinado ao executivo.

O quarto e último capítulo é a conclusão do trabalho, onde são feitas considerações e é retirado ensinamentos em torno do trabalho feito e dos dados coletados.

2 A ATUAÇÃO DO EXÉRCITO

Para entender este trabalho é necessário olhar para o período de duas formas diferentes “Braço forte e mão amiga”, essa frase resume bem a atuação dos militares em uma época bastante conturbada na história brasileira. Período em que a República precisou de ajuda em diversos momentos.

2.1 Mão Amiga, O Progresso

Pode-se dizer que o Exército Brasileiro foi um dos maiores vetores de desenvolvimento do Brasil e uma das mais fortes e eficientes Forças Armadas do mundo, isso se deve graças ao trabalho da Engenharia Militar e das Comunicações e por suas ações cívico-sociais. Hoje deve-se olhar para este passado evitando ser anacrônico, para que os feitos dos militares que deixaram seu sangue e suor em busca de uma nação maior e mais forte, não tenha sido em vão

2.1.1 A Atuação no desenvolvimento

Até nos dias atuais a Engenharia do Exército é respeitada por todos os setores da sociedade brasileira e da internacional, pelos seus feitos tanto em suas obras nacionais quanto nas missões de paz. Esse respeito se deve muito a tudo que foi feito durante esse período da Guerra Fria, no qual por meio da “Operação Presença” levou o desenvolvimento a muitos locais nessa imensa nação. Uma das principais atuações da Engenharia foi a criação de milhares de quilômetros de linhas férreas, sendo uma delas a chamada “ Tronco Principal Sul”.

Como exemplo de integração e desenvolvimento nacional, pode-se citar a criação do 5º Batalhão de Engenharia de Construção (5º BEC), criado pelo Decreto nº 56.629, do Ministério da

Guerra, de 30 de julho de 1965. Na cidade escolhida como sede não havia instalação física e as adversidades ambientais, as doenças tropicas e a falta de estrutura de lazer, saúde e educação mostram que antes do Batalhão começar sua jornada, Porto Velho era apenas um local esquecido pelos governantes brasileiros. (FIGUEIREDO, 2014, p. 125)

A jornada do “Quinto” deixou para traz um rastro de desenvolvimento. A primeira fase dessa saga foi o trecho Rio de Janeiro à Cuiabá. Onde “...deu-se início a maior e mais difícil marcha rodoviária da história recente do Exército Brasileiro. ” (FIGUEIREDO, 2014, p.127). Nessa parte do deslocamento foram realizadas inúmeras recuperações nas estradas.

Logo que chegaram, já iniciaram a segunda fase, Cuiabá à Porto Velho. Nesse trecho as estradas eram precárias, segundo Washington Machado de Figueiredo (2014, p. 129) “Eram trilhos lamacentos com sulcos de passagem aprofundados e em muitos trechos a selva engolira a estrada invadindo-a gulosamente de ambos os lados.”. Fazendo com que inúmeras vezes fossem necessários os reparos nas estradas e pontilhões. Igarapés e os rios se tornaram grandes obstáculos, como a mobilidade é missão da arma de engenharia, eles não impediram a passagem. Como cita o manual C5-1 (1999, p. 1/3) “Mobilidade é o conjunto de trabalhos desenvolvidos para proporcionar as condições necessárias ao movimento contínuo e ininterrupto de uma força amiga.”.

“Nos últimos 350 km para chegar a Porto Velho havia aproximadamente 92 pinguelas, conforme informação do morador da região – André Moreira Nunes – sem contar as pontes maiores e os pontilhões. Sendo que em sua maioria suas madeiras estavam a muito apodrecidas. (FIGUEIREDO, 2014, p.131 e 132).

E após 39 dias de viagem, o 5º BEC, enfim, terminava a sua marcha, a população vislumbrava o progresso chegando junto com o Batalhão. Aquele povo sofrido tinha a esperança de ter chegado o tão desejado desenvolvimento. A jornada do Exército, desbravando o interior do Brasil não se resume somente a essa citada anteriormente.

Alguns outros importantes números que devem ser destacados de obras militares até 1996 de acordo com o Manual Escolar de História do Brasil (2011, p. 328):

- Obras Rodoviárias: implantação de 11400 quilômetros de estradas
 - Obras Ferroviárias: 3500 quilômetros
 - Obras de Arte especiais: 47300 quilômetros de pontes e viadutos
 - Obras diversas: 18 quartéis, 5200 residências e 43 aeroportos
- (Cadeira de História Militar da AMAN, 2011, p.328)

Esses números expõe um difícil trabalho realizado pelos militares que são essenciais para a nação. Ainda pode-se citar que esses trabalhos possibilitaram o desbravamento, conhecimento e a ocupação do interior, bem como a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília.

2.1.2 Exército e a População

Após a participação brasileira na segunda guerra mundial, as Forças Armadas foram valorizadas e a população enxergou nelas a esperança de um Brasil melhor. Não era para ser diferente, os militares tiveram um papel importante no cenário político, uma atuação forte, presente e desenvolvida, as quais serão explicitados nos próximos capítulos, e a solução para os problemas nacionais. Essas missões foram dadas pela própria população mais especificamente ao Exército Brasileiro. “O Exército brasileiro tem sido a mais poderosa, politicamente das três Forças Armadas no século XX. Sua atividade, muito mais do que a da Marinha ou a da Aeronáutica, foi decisiva nas crises entre civis e militares...” (Stepan, 1975 p.25).

Após o início do regime militar o Exército deu início a uma operação chamada “operação presença” onde espalhou-se unidades militares por locais com maior probabilidade de insurreição (Stepan, 1975).

Pode-se dizer que em algumas localidades a única presença do Estado é o Exército e para a população desses locais, seria a melhor forma de conseguir uma condição digna de vida. Segundo Marechal Cândido Rondon.

No Brasil do meu tempo, era o Exército, para o jovem de família pobre, a única instituição, presente em todo o território do País, que lhe garantia e estimulava os estudos, abrindo-lhe caminho para ascender na vida pelo próprio valor, nas atividades militares, como nas civis, em que muitos adquiriram grande projeção nacional. (A, de Lyra Tavares, 1985, Capa)

A população, principalmente a mais pobre, enxergava no Exército, além da esperança de um país melhor, um meio de ascender socialmente, motivos pelos quais essa instituição sempre teve grande credibilidade. As origens populares dos quadros dessa Força fizeram com que fosse visto como “povo fardado” ou seja, tornou os militares uma elite mais acessível comparado as outras. Isso acontece pelo fato de que dentro de suas fileiras as classes, cores credos não diferenciam seus integrantes, todos dentro de sua mesma hierarquia têm as mesmas

oportunidades, independentemente de suas origens. O General A. de Lyra Tavares no livro O Exército Brasileiro (1967, pp 3,6) comenta que:

...inquestionavelmente uma parte do povo, talvez a mais representativa, por quanto dentro de suas fileiras se misturam as classes, se igualam os padrões sócias, se ignoram os credos e os partidos políticos, se esquecem as diferenças e as desigualdades entre os homens... O Exército... tem sido , desde os primórdios da nação, o grande escudo que mantém a unidade da pátria, preservando-a das ameaças de fragmentação, assegurando a coesão deste arquipélago de províncias cuja tendência era permanecerem isoladas, cada uma cm suas peculiaridades. (apud Stepan, 1975 p.15).

O quadro a seguir é uma pesquisa de opinião feita pelo Roper Center for Public Opinion Research em 17 de janeiro de 1969 (STEPAN, 1975, p 39) confirma a maior aceitação da influência militar entre os mais pobres:

Quadro 01 - Percentagens indicativas das atitudes específicas em relação à influência Militar, por status econômico, fevereiro de 1965, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife:

Atitude	Status Econômico			
	Superior	Modesto	Pobre	Favelas do Rio (separadamente)
O Militar deveria ter:				
Menos influência %	56	38	23	16
Mais influência %	21	25	37	42
A mesma influência %	18	21	12	10
Não responderam %	5	16	28	32
Total %	100	100	100	100
Total Quantidade	57	411	1017	136

Extraído: (STEPAN, 1975)

Além de integrar, é de suma importância citar que essa instituição também sempre teve a função de formar o cidadão brasileiro. Educando-os, ensinando o básico da convivência em sociedade e também alfabetizando, tornando os quartéis “grandes salas de aula”. “As publicações oficiais brasileiras fazem frequentes alusões ao enorme número de analfabetos que entram para o Exército cada ano e que somente são dispensados depois de alfabetizados.” (Stepan, 1975 p.17).

Até mesmo entre os oficiais formados pela Academia Militar das Agulhas Negras, vê-se uma representatividade maior entre as classes média e baixa do que das classes altas. Segundo dados coletados dos arquivos da própria AMAN, essa procura pela profissão entre as classes mais baixas aumentou durante o período que está sendo analisado comparado com o anterior a Segunda Guerra, conforme Stepan (1971) em suas pesquisas nos arquivos da AMAN cerca de 86,8% dos cadetes matriculados entre 1962 e 1966 eram de classe média e classe baixa, enquanto

no período de 1941 a 1943 eram 80,2%. E mesmo tendo um alto índice de famílias consideradas de classe média, 43% dos cadetes dessa classe tinha 5 irmãos ou mais, tornando o ingresso na Academia um meio de ascensão social.

Esses dados explicam em parte o porquê de o Exército ter em todas as suas ações alto nível de credibilidade, dando legitimidade e a possibilidade de atuar como um “quarto poder” na estrutura republicana brasileira.

2.2 Braço Forte, A Ordem

Nem só de mão amiga foi a atuação do Exército Brasileiro durante a guerra fria. Os impactos dessa guerra ideológica travada entre EUA e URSS tiveram graves consequências em território brasileiro. Infelizmente sangue brasileiro foi derramado em uma época complicada que não deve ser analisada com olhos atuais, para entender o que ocorreu nesse momento deve-se analisar o contexto global e ver os fatos em seu tempo, não tirando-o de seu contexto. Após a Intentona Comunista em 1932, viu-se uma ameaça real da implantação do Comunismo no Brasil, era um mal que não deveria ser ignorado e não foi, muitas ações dos militares tiveram a intenção de barrar esse avanço. Tanto pacificamente, quanto por meio de luta armada.

2.2.1 Guerrilhas

Carlos Marighela disserta sobre a guerrilha em seu Manual do Guerrilheiro Urbano:

A crise estrutural crônica característica do Brasil de hoje, e sua resultante instabilidade política, são as razões pelo abrupto surgimento da guerra revolucionária no país. A guerra revolucionária se manifesta na forma de guerra de guerrilha urbana, guerra psicológica, ou guerra guerrilheira rural. (Marighela, 1969, p. 4)

As Guerrilhas Urbana e Rural foram o principal problema dessa época, foram o motivo para recrudescimento das ações militares, segundo a Revista Aventuras na História, ed. 47 de julho de 2007 cerca de 1400 pessoas se engajaram em cerca de 19 organizações clandestinas que se propunham a derrubar o governo militar brasileiro.

2.2.1.1 Guerrilha Urbana

Os guerrilheiros urbanos se caracterizavam pelos atentados nos quais ficavam evidenciados as características do terrorismo, conforme a Declaração sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional:

Atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral, num grupo de pessoas ou em indivíduos para fins políticos são injustificáveis em qualquer circunstância, independentemente das considerações de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de qualquer outra natureza que possam ser invocadas para justificá-los. (Resolução 49/60 da Assembleia Geral, para. 3).

A guerrilha urbana, apesar de hoje pregar que lutaram pela democracia ou pela liberdade, propunham uma luta de classes que teria como resultado uma ditadura comunista, aos moldes da implantada em Cuba, conforme palavras do candidato à vice-presidência de 2018 Eduardo Jorge:

“Hoje, eu continuo sendo socialista, portanto de esquerda, mas sou uma pessoa que acredita que a democracia é uma questão essencial, coisa que nós, na época da esquerda leninista etc., nós não considerávamos. Nós éramos pela ditadura do proletariado. Nós éramos contra a ditadura militar, mas éramos a favor da ditadura do proletariado. Isso aí é preciso dizer a verdade toda. E às vezes eu ouço meias verdades. Como a ditadura militar nos oprimiu barbaramente, de forma violenta, muitas vezes as pessoas pensam que não existia no campo da esquerda coisa igual e até pior, em vários aspectos.”. (SOBRINHO, 2014)

Segundo Manual de História Militar da AMAN (2011, p. 321) “o discurso que defende que as organizações da esquerda armada lutaram pelo reestabelecimento da democracia no Brasil teve início somente após a Lei da Anistia (1979) ” ou seja, é um discurso inventado após o ocorrido para esconder o verdadeiro propósito dos comunistas em solo brasileiro e tentar fazer daqueles que pegaram em armas de heróis da liberdade. Como escreveu Marighela:

É necessário que todo guerrilheiro urbano tenha em mente que somente poderá sobreviver se está disposto a matar os policiais e todos aqueles dedicados à repressão, e se está verdadeiramente dedicado a expropriar a riqueza dos grandes capitalistas, dos latifundiários, e dos imperialistas. (MARIGHELA, 1969, p. 07).

O manual de história militar da AMAN (2011) cita como atos terroristas: os atentados a bomba (cerca de 40), assaltos a bancos, residências e carros forte (cerca de 154), roubo de armas em quartéis, assassinatos de militares, sequestros de embaixadores e aviões. Segundo Marighela (1969, p. 46) “O terrorismo é uma arma que o revolucionário não pode abandonar.”

Conforme Ustra (2007), o atentado ao Aeroporto de Guararapes foi um dos mais graves realizados pela guerrilha urbana. Visto que ele foi planejado para vitimar o marechal Costa e Silva e com ele inúmeras pessoas que o esperavam no aeroporto. Por uma pane, o marechal não foi de avião, o que fez com que o público que o esperava se retirar. Momentos depois houve uma explosão, mais um atentado em Recife, a sétima bomba, infelizmente essa gerou vítimas, um total de 15. As bombas anteriores não causaram vítimas, elas foram colocadas no prédio dos Correios e Telégrafos, na residência do comandante do IV Exército e uma bomba que falhara encontrada na Câmara Municipal, todas essas no mesmo dia, 31 de março de 1966. Cinquenta dias depois outros três artefatos foram lançados na Assembleia Legislativa. Isso mostra que o objetivo era gerar pânico na população, deixa-la insegura para que os ideais comunistas pudessem dominar.

Outros atos que chocaram a nação foram: o atentado ao QG do II Exército, realizado pelos discípulos de Marighela, que acabou com a vida do soldado Mario Kozel Filho, além de ferir outros militares presentes na hora da explosão no dia 26 de junho de 1968 (Ustra, 2007, p.192), o qual seguiu as diretrizes do Manual do Guerrilheiro urbano:

Os coquetéis Molotov, gasolina e artefatos caseiros tais como caixas de tubos e latas, bombas de fumaça, minas, explosivos convencionais tais como dinamite e cloreto de potássio, explosivos plásticos, cápsulas de gelatina, e munições de todo tipo são necessários para a missão do guerrilheiro urbano. (Marighela, 1969, p.12)

O roubo das armas realizado pelo desertor Carlos Lamarca no 4º RI para abastecer a Vanguarda Popular Revolucionária no dia 14 de janeiro de 1969, mesmo grupo que realizou o atentado ao II QG e os assassinatos realizados a mando do “Tribunal Revolucionário” como o do major do exército Alemão Edward Ernest Tito Otto Maximillian von Westernhagen em 01 de julho de 1968 e do Capitão do Exército americano Charles Rodney Chandler em 12 de outubro de 1968. (Ustra, 2007, p.199 e 203)

Para financiar seus atos terroristas os guerrilheiros realizavam ações como roubo a residências bancos e carros forte. Porém, além do dinheiro realizavam inúmeros sequestros de autoridades, sendo o mais notório o sequestro de Charles Burke Elbrich, Embaixador dos Estados Unidos, afim de usá-las para libertarem guerrilheiros presos.

A partir do ano de 1972, os militares brasileiros foram gradativamente extinguindo cada grupo guerrilheiro do país. Realizando, juntamente com as ações de combate, operações de

inteligência, as quais foram importantes para conhecer a estrutura dos terroristas, afim de prender seus comandantes. Lício Maciel e José Conegundes Nascimento relatam que:

Em 1974, as organizações subversivas marxista-leninistas, que, desde 1967/68, haviam deflagrado a guerra revolucionária no país, tinham sido derrotadas na forma de luta que escolheram, a luta armada, estando neutralizadas no campo militar e extintas mesmo na sua maioria. (2012, p.353)

2.2.1.2 Guerrilha Rural

Em 1966, o PC do B assumiu o posicionamento contrário à URSS e à Fidel Castro, optando por apoiar Mao Tsé-Tung. Segundo Maciel e Nascimento, ao comentar sobre o documento que representa esse posicionamento do partido:

O principal aspecto desse documento é o chamamento à guerra popular e à luta revolucionária no campo: “É imprescindível preparar-se para a luta armada, forma mais alta da luta de massas”. “A luta revolucionária em nosso país assumirá a forma de guerra popular (...) que implica na necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de bases de apoio no campo.”. Nas últimas linhas, um presságio sombrio atestava o início da preparação do PC do B para a luta armada: “A revolução não é um problema remoto. Mais dia, menos dia, o povo há de empunhar armas (...)”. (MACIEL E NASCIMENTO, 2012, p. 90).

O Partido Comunista do Brasil condenava o Focismo, porém dos grupos terrorista da época foi o único que instalou um foco guerrilheiro em área rural (Maciel e Nascimento 2012, p.358). A teoria do Focismo é, segundo o livro ORVIL:

...a guerrilha deveria iniciar-se através de um pequeno núcleo - o foco - que, escolhendo lugares favoráveis no campo, procuraria, num primeiro momento, trabalhar para conhecer o terreno e estabelecer relações com a população, buscando ganhar seu apoio. Deve-se destacar que, no focismo original, o terreno propício, preponderante para a luta armada, é o campo, de premência em locais de montanha e selvas pouco acessíveis. (Lício Maciel, 2012, p.79).

Isso enfatizava a perspectiva da vitória de uma revolução comunista viria a partir da guerrilha rural, como ocorrido na China de Mao Tsé-Tung.

Maciel e Nascimento (2012) explicam que no ano de 1966, foram realizados os primeiros reconhecimentos para colocar em prática o plano da guerrilha e em 1967 fora escolhido a região

do baixo Araguaia. Os militantes deslocados para essa região tiveram a missão de se infiltrar no meio da população para criar uma rede de informações na região.

Em 1969:

... criaram-se seções militares nos comitês regionais e municipais, encarregadas de selecionar os futuros “guerrilheiros”. O PC do B preparava-se para a luta. João Amazonas, com sua pena, fazia dezenas de jovens pegarem em armas e embrenharem-se nas matas do Araguaia. (Maciel e Nascimento, 2012, p.169)

Outra divisão no PC do B ocorre em 1971, uma parte liderada por João Amazonas, conduzia a implantação de um foco guerrilheiro enquanto outra parte estaria em São Paulo e na Guanabara em condições de ir para o campo se necessário (Maciel e Nascimento, 2012, p.283). Um ano depois, um militante chamado Pedro Albuquerque Neto, declarou, durante os interrogatórios, que participava de um núcleo de treinamento de terroristas no município de Conceição do Araguaia. Em seu depoimento também relatou que:

Diversos militantes recrutados para a mesma missão, ao tomarem contato com a área, manifestaram interesse em dela se afastar, sendo impedidos, no entanto, por três razões fundamentais: as ameaças dos dirigentes locais, receosos de que uma possível prisão possibilitasse a descoberta da área; o medo de se perderem no interior da selva, ao empreenderem a fuga; e o receio de se entregarem às forças legais, já que os dirigentes do partido incutiam nos militantes a certeza de que seriam torturados até a morte. (Maciel e Nascimento, 2012, p.316).

Após esses relatos foram enviadas pequenas equipes para recolher informes da área, os quais confirmavam o depoimento de Pedro Albuquerque Neto. Foram realizadas apreensões e prisões na região, forçando o PC do B a acelerar o recrutamento de mais militantes. José Genoíno, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, fora preso e revelou detalhes da estrutura do partido comunista na região. (Maciel e Nascimento, 2012)

No dia 8 de março de 1971, os Guerrilheiros em uma emboscada assassinaram o Cabo Odílio Cruz Rosa. Após essa quebra de sigilo na operação de informação, fora destacado para o local pelotões da Brigada de Infantaria Paraquedista. Sucessivos embates foram acontecendo, resultando em baixas para o lado subversivo.

Ao verificar a extensão do foco guerrilheiro, o Estado-Maior do Exército decidiu enviar maior número de tropas e de apoios à região, ao mesmo tempo iniciou-se operações psicológicas na região onde houve a distribuição de folhetos que explicavam as verdadeiras intenções dos

subversivos. As forças legais continuaram a sofrer inúmeras emboscadas, em uma delas, os terroristas invadiram a base do 2 Batalhão de infantaria de Selva, ferindo o Segundo-Sargento Mário Abraham da Silva que ‘Logo após chamou seu sucessor, o Sargento Bonifácio, e disse-lhe: “A boina verde é sua, companheiro! Comande nossos homens para que a nossa pátria permaneça sempre livre e democrata”’. (Maciel e Nascimento, 2012)

As forças legais nesse momento já tinham o apoio da população que estavam preocupados com a atuação dos subversivos na região, em outubro de 1972, as manobras com tropas convencionais na região terminaram e mesmo com severas perdas no partido, o PC do B continuou com sua atuação, pois a saída das tropas da área, restituíra liberdade de ação aos subversivos. Em 1973, o foco do partido comunista se tornou a guerrilha, isso gerou a necessidade de obter dados mais concretos da região. Com o objetivo de conhecer o seu dispositivo atual, composição, seus meios, suas atividades junto da população local, a receptividade desta a seu proselitismo, etc., foi planejada e executada na área uma operação de informações que recebeu o nome de “Sucuri”. (Maciel e Nascimento, 2012)

Em outubro de 1973, os militares já obtinham as informações necessárias, então deu-se início as operações, as quais foram descentralizadas. Logo, a rede de apoio subversiva foi desmantelada e os guerrilheiros não sabiam contra quantos estavam combatendo. Ao contrário das primeiras tropas enviadas para a região, essas eram especializadas. As forças subversivas restantes da região perderam a direção política, pois esta foi desmantelada na área urbana.

Enfim, a Guerrilha do Araguaia mostrou que a esquerda no Brasil tinha a intenção de derrubar o governo para instaurar uma ditadura aos moldes da chinesa. O Exército Brasileiro, demonstrou estar preparado para defender a qualquer custo a integridade e soberania nacional.

3 O PAPEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

No Brasil desde o início do século XX existe uma linha de pensamento que considera o Exército o motor nacional, conforme Stepan (1975, p. 11) “uma instituição isolada, não atingida pelas vinculações de interesses que dividem a sociedade geral, estão especialmente aptos para agirem como uma força burocrática modernizante, como construtores da nação.” Essa força burocrática modernizante atuou várias vezes, principalmente de 1945 até 1985. Mostrando-se

como baluarte da ordem nacional, muitas vezes sendo quem equilibra, limita e modera embates entre cada um dos 3 poderes.

3.1 Os Poderes Constitucionais

O art. 2º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 diz que “ São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário” (Brasil, 1988).

Segundo a Apostila de Introdução ao Estudo do Direito (Cadeira de Direito da AMAN 2015, p.77), o Poder Legislativo tem por atribuições típicas principais elaborar as leis, exercer o controle político do Poder Executivo e realizar a fiscalização orçamentária, sendo esta última tarefa exercida com o auxílio dos Tribunais de Contas.

Ao Poder Executivo cumpre o exercício da chefia do Estado, da chefia de governo e a concretização material dos interesses da coletividade, compondo essas o rol de funções típicas deste poder. Convém salientar que o Executivo realiza, atipicamente, funções primariamente confiadas aos outros dois Poderes. Ele também cria normas ao editar medidas provisórias e procede com julgamentos sempre que decide os processos e procedimentos administrativos de sua alçada. (Cadeira de Direito da AMAN, 2015, p. 81).

E o Poder Judiciário tem como função típica o exercício da jurisdição, entendida esta como o poder de aplicar a lei ao caso concreto, com a autoridade da coisa julgada, que toma imutáveis as decisões judiciais. Competência é o limite da jurisdição. (Cadeira de Direito da AMAN, 2015, p.93).

No filme 1964 – O Brasil entre armas e livros ao se falar do Exército Brasileiro na Contrarrevolução de 1964 “Se impedimos uma revolução foi com a ajuda do quarto poder do Brasil, o Exército”. (BRASIL PARALELO,2019, 02h 04min 43s).

O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos, de acordo com art. 98 da Constituição Política do Império do Brasil de 1824.

3.2 Legalidade do Papel das Forças Armadas

O papel das Forças Armadas é um assunto que entrou em pauta durante as constituintes brasileiras, sendo que explicitamente ou não foi delegado o poder de mediar, defender, sustentar as relações entre os poderes constitucionais (CARVALHO, 1987, p.01). Isso é visto nos textos constitucionais ao dizer que é missão das Forças Armadas garantir a lei e a ordem. Não há instituição maior com poder suficiente para fiscalizar a independência do legislativo, executivo e judiciário. Se a tripartição dos poderes, sua harmonia e independência é garantida por lei, são os militares que tem a função de manter essa condição. O general Goés Monteiro via as Forças Armadas como:

...uma organização nacional que devia desenvolver política própria: “Ficam só o Exército e a Marinha como instituições nacionais, únicas forças com este caráter, e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade”. E com mais clareza ainda: “Sendo Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército”. (Carvalho, 2015, p.42)

Góes Monteiro foi o precursor de um projeto de Forças Armadas interventoras na década de 1930, ele queria potencializar a capacidade política dos militares. Conforme Carvalho (2015, p. 134) “A doutrina Góes previa a eliminação da política dentro das Forças Armadas para que pudessem agir como ator político” Sendo assim, Góes Monteiro entendia que o papel dos militares era manter a ordem, mesmo que para isso deva entrar na esfera política. Durante a história esse objetivo de intervir no desequilíbrio e na desordem, ficou evidente ao verificar o papel do militar na política brasileira nas constituições brasileiras.

Artigo 14 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891:

As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior.

A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais.

Artigo 162 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 “As forças armadas são instituições nacionais permanentes, e, dentro da lei, essencialmente

obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e garantir os Poderes constitucionais, e, ordem e a lei.”.

Artigo 177 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946
 “Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. ”.

Artigo 92 da Constituição da República dos Federativa do Brasil de 1967:

Art 92 - As forças armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

§ 1º - Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os Poderes constituídos, a lei e a ordem.

E no artigo 142 Constituição da República dos Federativa do Brasil de 1988:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Ou seja, excluindo as constituições Varguista do Estado Novo de 1937, na qual, segundo José Murilo Carvalho (2005, p.43), ‘retirou o famoso “dentro do limite da lei”, e o substituiu por “fiel obediência à autoridade do presidente da República”’, e a de 1988, todas as constituições da República Brasileiras passaram nas mãos do Exército o poder de garantir o funcionamento dos poderes constitucionais. Porém, retirar da constituição a frase “dentro dos limites da lei” e colocar as Forças Armadas totalmente subordinadas ao Executivo, não exclui a legalidade nas ações militares, ou seja, se uma ordem presidencial for dada e ela descumprir alguma lei, os militares seguirão sendo balizados pela legalidade e legitimidade, mesmo que isso descumpra a ordem presidencial.

Em muitos casos durante a República militares e civis entrava em discussão, afim de retirar a influência, atuação e a função dos militares na política. Com o fim do Estado Novo, houve um embate entre os militares e os civis para delimitar o papel política dos militares, tentando retirar a essência política atuante das Forças Armadas por meio legal. Carvalho (2005, p. 133) diz que “Não há dúvida de que um dos temas que irá despertar grande controvérsia, pública e nos bastidores, na Assembleia Constituinte será o da definição do papel das Forças Armadas”.

Alfred Stepan 1975 define o assunto:

Este papel foi estabelecido em duas cláusulas básicas. A primeira afirmava que os militares constituíam uma instituição nacional, permanente, encarregada especificamente da tarefa de manter a lei e a ordem no país e garantir a continuidade e funcionamento normal dos três poderes constitucionais: o executivo, o legislativo e o judiciário. Na segunda cláusula estipulava a obediência dos militares ao executivo, mas afirmando, significativamente que deveriam obedecer somente “dentro do limite da lei”. Com efeito, isto autorizava-os a prestar uma obediência apenas discricionária ao presidente, uma vez que ela dependia de sua decisão sobre a legalidade da ordem presidencial. (STEPAN, 1975, p.59).

3.3 Legitimidade do Papel das Forças Armadas

Esses poderes destinados aos militares foram dados diretamente pela população brasileira visto que em sua maioria os autores dessas constituições eram civis e viam a necessidade da existência de um “quarto poder” na estrutura da República (CARVALHO, 2005, p.42). Um representante do partido trabalhista o Sr. Guaraci Silveira no Diário da Assembleia Constituinte de 8 de maio de 1946 (p.1548) disse: “Sou do parecer que devemos dar aos militares a força moral necessária para poderem reagir a ordens contrárias ao interesse nacional”.

No entanto como quem delegou esse papel foram os civis, as ações dos militares foram significativamente baseadas na legitimidade. Segundo Jurgen Habermas (1997, p.11) “...a legitimidade do Estado mede-se objetivamente no reconhecimento fático por parte dos que estão submetidos à sua autoridade. Ela pode ir da simples tolerância até o livre assentimento. ”. Complementando com Alfred Stepan (1975 p.69) “ A legitimidade implica mais do que a quantidade de pessoas em favor de uma instituição ou de um homem. Em situações de crise, muitas vezes é decisiva a qualidade e intensidade da força de sustentação ou da oposição”. No Brasil durante o período em questão houveram 5 movimentos militares, nos quais o sucesso dependia diretamente da legitimidade do movimento em oposição a legitimidade do poder executivo. Ou seja, nos períodos de crise onde o chefe do executivo não agia na legalidade, não conseguia controlar o caos instaurado ou mesmo quando os próprios governantes causavam o caos, a legitimidade deles em seus atos decrescia enquanto o clamor por uma intervenção militar aumentava. Durante todos os períodos de crise os militares eram pressionados por vários setores da sociedade para atuarem a fim de manter a ordem e garantir lei. “... empregou-se sempre uma linguagem altamente coerente e simbólica de legalidade, constitucionalidade e obrigação militar

para com o país, no intuito de instigar os militares a tomar medidas políticas. ” (Alfred Stepan, 1975, p. 77).

Para verificar essa legitimidade dos movimentos ocorridos entre 1945 e 1964, observa-se os editoriais dos principais jornais brasileiro da época, pois eles constituem em sua maioria a opinião das classes alta e média, quem daria a legitimidade as ações militares. Segundo Stepan:

...os movimentos não podem ser considerados simples resposta unilateral de uma instituição militar arbitrária e independente que age em favor de suas próprias necessidades institucionais e ideológicas, mas sim uma dupla resposta de militares e civis a cisões políticas na sociedade. (1975, p.66)

No “anexo A” segue alguns quadros que representam os editoriais dos principais jornais publicados nos dias anteriores aos movimentos entre 1945 e 1964, nos quais mostram que antes dos movimentos de sucesso, a maioria dos jornais expressavam um descontentamento e dúvidas sobre a legitimidade do governo. E antes dos movimentos que não obtiveram êxito os jornais se mantinham neutros ou demonstravam dúvidas sobre a legitimidade dos militares. (STEPAN, 1975). Ou seja, para o movimento militar ser bem-sucedido está intimamente ligado com a legitimidade.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo realizar um estudo sobre os feitos, emprego e o papel do Exército Brasileiro na República de 1945, final da Segunda Guerra Mundial, até 1985, final do Regime Militar. Assim, pode-se entender a relação atual entre a política e os militares.

Examinando as informações pesquisadas nos livros, jornais e entrevistas nota-se que a República Brasileira dependeu de suas Forças Armadas, nesse período de Guerra Fria, para manter sua ordem e seu progresso.

Foi uma época bastante conturbada na história, onde o mundo vivia um combate entre civilizações, de um lado as nações capitalistas, baseadas na cultura ocidental, do outro os comunistas e sua sede de poder, querendo por bem ou por mal trazer o máximo de nações para seu regime. Os reflexos foram sentidos nas terras brasileiras e graças ao Exército de Caxias, a anarquia e o caos não reinaram.

Durante esse período os militares se preocuparam em derrotar a ameaça externa infiltrada, o combate contra os comunistas teve duas frentes, rural e urbana. Nelas muito sangue inocente foi derramado, para alcançar seus objetivos a esquerda não media esforços, mas as Forças Armadas atuaram com firmeza e exatidão, evitando que o pior acontecesse, uma guerra civil.

A credibilidade dos militares não veio somente dos combates contra o inimigo, as ações subsidiárias elevaram o nome do Exército na nação. Começou a integração da Amazônia, com a ida do 5º Batalhão de Engenharia de Construção, além da criação do “Tronco Principal Sul”. Inúmeras pontes, estradas, aeroportos, ferrovias foram construídas. Essas obras trouxeram o desenvolvimento, fazendo a população confiar cada vez mais em seus militares. Isso garantiu a legitimidade necessária para as ações legais feitas por eles nesse período.

As intervenções militares que ocorreram, baseadas na legalidade e legitimidade, mostra o importante papel político dos militares na República Brasileira. Nos momentos em que a política brasileira precisava de ajuda, as Forças Armadas, seguindo a lei e a vontade popular, atuou de forma incisiva e assertiva, o que garantiu o funcionamento da máquina pública.

Assim, após o estudo do emprego da tropa nas missões de combate, dos feitos que trouxeram a integração e o desenvolvimento e o papel de mediador da República, como um poder que modera os outros, pode-se concluir que não há possibilidade de analisar a história brasileira

sem dar os devidos créditos aos militares. Responsáveis pelo progresso e pela ordem nacional, desde Guararapes, o Exército se tornou o baluarte da República e garantidor da democracia.

5 REFERÊNCIAS

Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Cadeira de História Militar da AMAN. **Manual Escolar de História Militar do Brasil**. Resende, RJ: Ed. Editora Acadêmica 2011

Academia militar da Agulhas Negras (AMAN). Cadeira de Direito da AMAN. **Apostila de Introdução ao Estudo do Direito**. Resende, RJ: Ed. Editora Acadêmica, 2015

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. **Diário da Assembleia Constituinte**. Rio de Janeiro. 8 de maio de 1946. Disponível em <[http://imagem.camara.gov.br/dc_20a.asp?opcao=10&selCodColecaoCsv=R&selDataIni=02%2F02%2F1946&selDataFim=21%2F09%2F1946&xDataIn=08%2F05%2F1946&xCbEvento=&xCbComissao=&xCbDoc=&xCbSubTipoDoc=&DataIn=08%2F05%2F1946&txPagina=&txSuplemento=&BtData=Pesquisa#/>. Acesso em 17 de maio de 2019.](http://imagem.camara.gov.br/dc_20a.asp?opcao=10&selCodColecaoCsv=R&selDataIni=02%2F02%2F1946&selDataFim=21%2F09%2F1946&xDataIn=08%2F05%2F1946&xCbEvento=&xCbComissao=&xCbDoc=&xCbSubTipoDoc=&DataIn=08%2F05%2F1946&txPagina=&txSuplemento=&BtData=Pesquisa#/)

BRASIL. Constituição (1891) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em 22 de setembro de 2018 às 15:00.

BRASIL. Constituição (1934) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 22 de setembro de 2018 às 15:03.

BRASIL. Constituição (1946) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em 22 de setembro de 2018 às 15:04.

BRASIL. Constituição (1967) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em 22 de setembro de 2018 às 15:05.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 22 de setembro de 2018 às 15:20.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **C5-1: Emprego da Engenharia**. 1999

BRASIL, Ministério da Guerra. **Decreto nº 56.629 de 30 de julho de 1965**. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56629-30-julho-1965-396966-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 09 de abril de 2019 às 21:00.

BRASIL PARALELO. **1964 – O Brasil entre armas e livros**. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>> acesso em 08 de abril de 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e a Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Biblioteca de Ciências Sociais, 2005

CARVALHO, José Murilo de. **Militares e Civis: um Debate além da Constituinte**. Águas de São Pedro, Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da ANPOCS, 1987.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de Identidade – O Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000

FIGUEIREDO, Washington Machado de **História Oral da Engenharia Militar - Tomo 1**. Brasília: Departamento de Engenharia e Construção, 2014

HABERMAS, JURGEN, Tradução: SIEBENEICHLER, FLÁVO BENO. **Direito e Democracia entre Facticidade e Validade – Volume 2** Rio de Janeiro: Ed Tempo Brasileiro, 1997.

MACIEL, Licio; NASCIMENTO, José Conegundes. **Orvil – Tentativas de Tomada do Poder**. São Paulo: Ed Schoba, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia geral da ONU **Resolução 49/60** AG Index: A/RES/49/60 *Measures to eliminate international terrorism* nove de dezembro de 1994. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/49/a49r060.htm>> Acesso em 22 de setembro 2018 às 20:00

Revista Aventuras na História. São Paulo: Ed. Abril, edição 47 de julho de 2007.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na política**. São Cristovão, RJ: Ed. Artenova, 1975.

SOBRINHO, Eduardo Jorge Martins Alves. **Entrevista concedida ao Canal Estúdio Fluxo**. Publicado em 12 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zoiIldKYbfA>>. Acesso em 17 maio 2019

TAVAREZ, A. De Lyra Tavares **Nosso Exército – Essa Grande Escola**. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1985.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante **A Verdade sufocada - A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. Rio de Janeiro: Editora Ser, 2007

ANEXO “A”

Mesmo o assunto sendo subjetivo e qualitativo, o autor usou valores quantitativos para classificar a opinião dos principais jornais atribuindo valores de -2 a +2 em relação a legitimidade do presidente e dos militares. As médias do quadro 04 foram calculadas da seguinte forma: Soma das quantidades de jornais multiplicado pelos seus respectivos pesos, dividindo-os pelo total de jornais do ano. No quadro 02 estão relacionados os jornais que versam sobre a legitimidade presidencial, no quadro 03 relaciona-se os jornais e a legitimidade dos movimentos militares. O quadro 04, é o resultado dos quadros 02 e 03, quanto maior o valor mais legítimo o movimento é. A figura 01 coloca-os em um gráfico para melhor visualização.

Quadro 02 - Classificação da opinião da imprensa com respeito à legitimidade do presidente antes dos movimentos militares: 1945,1954,1955,1961,1964.

	Presidente, presidente eleito ou vice-presidente com presidência vaga deve ser apoiado entendimento. Seu impedimento ou remoção seria ilegítimo	Presidente, presidente eleito ou vice-presidente com presidência vaga é legal	Ambíguo ou neutro com relação a questão de legitimidade de presidente, presidente eleito, ou vice-presidente com presidência vaga	Presidente, presidente eleito ou vice-presidente com presidência vaga está agindo ilegalmente, ou presidente eleito foi escolhido ilegalmente ou vice-presidente com presidência vaga não tem autoridade para ocupar a presidência.	Presidente, presidente eleito ou vice-presidente com presidência vaga não deve ocupar a presidência. Deve renunciar, ser impedido, não empossado, ou deposto no cargo.
Peso	+2	+1	0	-1	-2
Movimentos vitoriosos					
1945 Total de jornais: 5	-	-	-	Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Diário Carioca, Diário de Notícias, O Jornal. Quantidade de jornais: 5	-
1954 Total de jornais: 9	Última hora Quantidade de jornais: 1	-	-	Jornal do Brasil, O Globo, O Jornal Quantidade de jornais: 3	Correio da Manhã, Diário Carioca, Diário de Notícias, O Estado de São Paulo, Tribuna da imprensa Quantidade de jornais: 5
1964 Total de jornais: 9	Última hora Quantidade de jornais: 1	Diário Carioca Quantidade de jornais: 1	-	Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Diário de Notícias, O Globo Quantidade de jornais: 4	O Jornal, O Estado de São Paulo, Tribuna da imprensa Quantidade de jornais: 3
Movimentos Frustrados					
1955 Total de jornais: 10	Correio da Manhã, Diário Carioca, O Jornal Quantidade de jornais: 3	Última hora Quantidade de jornais: 1	Jornal do Brasil, O Globo Quantidade de jornais: 2	Diário de Notícias, O Estado de São Paulo Quantidade de jornais: 2	Tribuna da imprensa Quantidade de jornais: 2
1961 Total de jornais: 9	-	Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Diário Carioca, Diário de Notícias, O Globo, Última Hora Quantidade de jornais: 6	O Jornal Quantidade de jornais: 1	-	Tribuna da imprensa, O Estado de São Paulo Quantidade de jornais: 2

Extraído: Stepan, 1975

Quadro 03 - Classificação da opinião da imprensa com respeito à legitimidade do exercício pelos militares do Poder Moderador nos movimentos militares: 1945,1954,1955,1961,1964

	Militar tem obrigação de remover presidente ou impedir que presidente eleito ou vice-presidente com presidência vaga assumo o cargo.	Militar deve desempenhar papel principal na solução de crise e não deve obedecer a presidente se ele está agindo ilegalmente. O militar não deve ajudar a pôr no poder um presidente eleito ou vice-presidente que constitui ameaça à segurança e à ordem do país	Ambíguo ou neutro com relação ao papel de apoio militar ao presidente, presidente eleito, ou vice-presidente com presidência vaga	Militar deve apoiar o presidente, presidente eleito, ou vice-presidente quando a presidência está vaga.	Militar não tem qualquer direito de remover presidente ou impedir o presidente eleito ou vice-presidente com presidência vaga. O executivo precisa do apoio agressivo do militar.
Peso	2	1	0	-1	-2
Movimentos vitoriosos					
1945 Total de jornais:5	-	Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Diário Carioca, Diário de Notícias, O Jornal Quantidade de jornais:5	-	-	-
1954 Total de jornais:10	Diário Carioca, Diário de Notícias, O Estado de São Paulo, Tribuna da imprensa Quantidade de jornais:4	Correio da manhã, Jornal do Brasil, O Globo, O Jornal, Quantidade de jornais:4	O Jornal Quantidade de jornais:1	-	Última Hora Quantidade de jornais:1
1964 Total de jornais:9	-	Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Diário de Notícias, O Globo, O Jornal, O Estado de São Paulo, Tribuna da Imprensa Quantidade de jornais:7	-	Diário Carioca Quantidade de jornais:1	Última hora Quantidade de jornais:1
Movimentos Frustrados					
1955 Total de jornais:9	Tribuna da Imprensa Quantidade de jornais:1	O Estado de São Paulo Quantidade de jornais:1	Jornal do Brasil, O Globo, Diário de Notícias Quantidade de jornais:3	O Jornal Quantidade de jornais:1	Correio da Manhã, Diário Carioca, Últimas Hora Quantidade de jornais:3
1961 Total de jornais:9	Estado de São Paulo, Tribuna da Imprensa Quantidade de jornais:2	-	O Jornal, O Globo Quantidade de jornais:2	Jornal do Brasil, Última Hora Quantidade de jornais:2	Correio da Manhã, Diário Carioca, Diário de Notícias Quantidade de jornais:3

Extraído: Stepan, 1975

Quadro 04 - Médias de legitimidade Presidencial e Militar de acordo com o ano

Ano	Legitimidade Presidencial	Legitimidade Militar
1945	- 1	1
1954	- 1,33	1,3
1964	- 0,77	0,44
1955	0,3	- 0,44
1961	0,22	- 0,44

Figura 01 – Relação entre a legitimidade Presidencial e Militar nos movimentos analisados

